

NEWSLETTER

INSTITUTO JURÍDICO
DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SUMÁRIO

Notícias IJ

PAG. 2

Agenda IJ

PAG. 4

Desafios IJ

PAG. 6

1 2 9 0



INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



O tempo da(s) peste(s) e do silêncio é também o tempo das realizações por-*vir* e das promessas inspiradoras. É neste contexto que o segundo número da nossa newsletter se inscreve. Trata-se desde logo de celebrar o esforço daqueles *projetos de investigação* que (nestes dois últimos meses) se tornaram candidatos efetivos (30 de abril era um dos prazos-limite!)... e de esperar (vaticinar) o desempenho feliz de outros tantos projetos exploratórios (a apresentar até 15 de maio!). Mas trata-se também de iluminar a corrente ininterrupta das publicações do IJ e as possibilidades de edição *exterior* a que esta corrente se vai gradualmente abrindo. Como se trata ainda de nos responsabilizar a todos pelo êxito de *Undecidabilities and Law*, a nossa revista-promessa.

Sem esquecer por fim os desafios de transformação (se não crescimento) a que os programados encontros científicos e outras possíveis *chamadas para comunicações* (estimulando a reinvenção das *conversas* ou *seminários em rede*) inevitavelmente nos expõem. Para que o tempo da(s) peste(s) e do silêncio possa ser também o das oportunidades irrepetíveis.

I. Últimas Publicações IJ

a. Publicações em edição do IJ



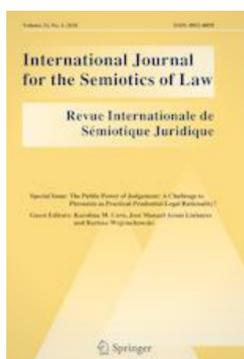
COLÓQUIO O NOVO REGIME DO MAIOR ACOMPANHADO

António Pinto Monteiro (coord.)

[ISBN: 978-989-8891-65-5]

Este livro reúne um conjunto de artigos sobre as diferentes temáticas tratadas no Colóquio “O novo regime do maior acompanhado”, realizado a 13 de Dezembro de 2018, um dos primeiros eventos sobre o tema, contribuindo decisivamente para a apresentação e discussão do novo regime jurídico (Lei n.º 49/2018, de 14 de Agosto).

b. Publicações com coordenação do IJ



THE PUBLIC POWER OF JUDGEMENT: A CHALLENGE TO PHRONËSIS AS PRACTICAL-PRUDENTIAL LEGAL RATIONALITY?, INTERNATIONAL JOURNAL FOR THE SEMIOTICS OF LAW - REVUE INTERNATIONALE DE SÉMIOTIQUE JURIDIQUE, SPECIAL ISSUE: VOLUME 33, ISSUE 1, MARCH 2020

Karolina M. Cern, J. M. Aroso Linhares, Bartosz Wojciechowski (ed.)

ISSN: 0952-8059 (Print) 1572-8722 (Online)

<https://link.springer.com/journal/11196/33/1>

O título deste Special Issue decorre diretamente de um Special Workshop que teve lugar no XXVII World Congress of the IVR (no Georgetown Law Center in Washington D.C., em julho de 2015). Alguns dos artigos que compõem este volume constituem versões alargadas ou revistas dos papers apresentados em Washington (publicados aqui pela primeira vez). Há, todavia, um conjunto significativo de outros materiais, devido a enriquecedores contributos de novos interlocutores (entre eles Alexy e Atienza). A publicação do Special Issue foi preparada no âmbito da estrutura de dois projetos de investigação: (a) uma bolsa de investigação financiada pelo National Science Centre (Polónia), No. DEC-2015/19/B/HS5/03114 e (b) o Projeto Desafios Sociais, Incerteza e Direito: Pluralidade | Vulnerabilidade | Indecidibilidade [Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Projeto I&D, UID/DIR/04643/2019].

II. Últimos Eventos IJ

notícias



22ABRIL2020

Sessão 1 do Ciclo de Conversas em Rede · Pandemia(s), Incerteza e Direito: Estado de Emergência em Democracia

Organização: Conselho Coordenador do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Link para o programa:

www.uc.pt/fduc/ij/eventos/2020/22abril_cartaz.pdf

SUMÁRIO: A primeira conversa em rede mostrou-se um evento reflexivo sobre as principais medidas adotadas em Portugal e em Espanha em resposta à recente pandemia, tendo-se analisado o enquadramento geral daquelas medidas, a sua legitimidade e proporcionalidade.



29ABRIL2020

WEBINAR: III Encontros de Direito Civil – *Direito Civil e Evolução Tecnológica*

Organização: Área de investigação Contrato e Desenvolvimento Social do Instituto Jurídico e Universidade Católica Portuguesa

Link para o programa:

www.uc.pt/fduc/ij/eventos/2020/29abril2020_cartaz.pdf

SUMÁRIO: A evolução científica coloca desafios ao Direito Civil. Atenta a atualidade e importância teórica e prática das matérias, refletiu-se, neste encontro, acerca de alguns dos problemas que os civilistas têm de enfrentar no futuro próximo.



29ABRIL2020

Sessão 2 do Ciclo de Conversas em Rede · Pandemia(s), Incerteza e Direito: Políticas de Saúde em Tempos de Pandemia

Organização: Conselho Coordenador do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Link para o programa:

www.uc.pt/fduc/ij/eventos/2020/29abril_cartaz.jpg?hires

SUMÁRIO: Na segunda conversa em rede foram analisadas a reação dos setores públicos e privados da saúde à recente pandemia, bem como as difíceis decisões que, neste ambiente, devem e podem ter de ser tomadas.

I. Vida Interna do IJ

i. UNDECIDIBILITIES AND LAW – The Coimbra Journal for Legal Studies

Num tempo em que se destaca a busca pelo Algoritmo Mestre, muitos dos maiores problemas sociais juridicamente relevantes resistem significativamente à predeterminação de uma solução única, abrindo a um enorme espectro de perspectivas e operações. O título Undecidibilities sugere diretamente esta resistência (como sabemos, na teoria da complexidade computacional, um problema indecidível é aquele pelo qual «é provado ser impossível construir um algoritmo para uma resposta correta de sim ou não») enquanto, simultaneamente, considera a renovação permanente das questões e a pluralidade das respostas que esses mesmos problemas permitem, o que significa considerar a instabilidade dos contextos culturais e linguísticos (justificando a atenção permanente às diferenças, se não différences, assim como às autênticas «cláusulas de não clausura»).

Cada volume deste Jornal será dedicado a um desses problemas sociais e a este contexto de resistência a linguagens e soluções únicas, seriamente tidas num horizonte reflexivo que cruza discursos legais dogmáticos e meta-dogmáticos com os desafios das perspectivas e abordagens extralegais.

ii. PROJETOS SUBMETIDOS

O Instituto Jurídico continua ativo na sua estratégia de procurar financiamento para projetos e tem vindo a estimular e apoiar os seus investigadores na elaboração de candidaturas. Nos últimos meses, o Instituto Jurídico submeteu 10 projetos a concursos nacionais e internacionais.

No concurso da FCT em todos os Domínios Científicos foram apresentados 3 projetos como instituição proponente principal: IA e Responsabilidade criminal empresarial: prevenção e responsabilização; TrafficKIDS – Conhecimento, Prevenção, Repressão do Tráfico de Crianças e o apoio às suas vítimas; Migrações, Tolerância e Cidadania(s). Outros 3 projetos foram submetidos como instituição parceira: Confidencialidade e gestão nas notificações de eventos adversos: análise e sugestões do e para o sistema português; Integração de Migrantes e Refugiados no Sistema de Saúde Português; HogAr (HOusing, Guarantee of Adequateness/Accessibility & Rights) - Garantindo o direito à habitação? Evidências da nova geração de políticas habitacionais em Portugal.

Ao Programa Erasmus + foram submetidos dois projetos, sendo o Instituto Jurídico o líder do consórcio europeu em ambos: European Citizens' Initiative: A Tool for Engagement and Active Citizenship e Sports Media: Guides for the Future.

Ainda como entidade parceira, o Instituto Jurídico participa do projeto Open Minds, submetido ao H2020, e do FIRELAN, no concurso a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico no âmbito da prevenção e combate de incêndios florestais, da FCT.

II. Eventos programados do IJ

**PANDEMIA(S),
INCERTEZA e DIREITO**
CICLO DE CONVERSAS EM REDE

ORGANIZAÇÃO:
Conselho Coordenador do Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra

REALIZAÇÃO ONLINE, ATRAVÉS DA PLATAFORMA ZOOM

**III. LIBERDADES E DIREITOS
EM TEMPOS DE CONFINAMENTO · 1ª PARTE**
6 DE MAIO · 17H30

JOSÉ MIGUEL JÚDICE
Árbitro e Professor Convidado da UNL

JOSÉ DE FARIA COSTA
Professor Catedrático da FDUC e da FDULHT

MANUEL DA COSTA ANDRADE
Presidente do Tribunal Constitucional e Professor Catedrático da FDUC

MODERADOR: José Manuel Aroso Linhares
Professor Catedrático da FDUC

ACESSO LIVRE
mediante inscrição obrigatória em www.uc.pt/fduc/ij/eventos/

Sessão 3 do Ciclo de Conversas em Rede - Pandemia(s), Incerteza e Direito: Liberdades e Direitos em Tempos de Confinamento (primeira parte)

Organização: Conselho Coordenador do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

**PANDEMIA(S),
INCERTEZA e DIREITO**
CICLO DE CONVERSAS EM REDE

ORGANIZAÇÃO:
Conselho Coordenador do Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra

REALIZAÇÃO ONLINE, ATRAVÉS DA PLATAFORMA ZOOM

**IV. LIBERDADES E DIREITOS
EM TEMPOS DE CONFINAMENTO · 2ª PARTE**
13 DE MAIO · 17H30

CARLOS OLIVEIRA
Juiz Presidente das Comarcas de Coimbra e Leiria

SALVADOR MALHEIRO FERREIRA DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Ovar

JOÃO LOUREIRO
Professor Associado com Agregação da FDUC

MODERADORA: SUSANA AIRES DE SOUSA
Professora Auxiliar da FDUC

ACESSO LIVRE
mediante inscrição obrigatória em www.uc.pt/fduc/ij/eventos/

Sessão 4 do Ciclo de Conversas em Rede - Pandemia(s), Incerteza e Direito: Liberdades e Direitos em Tempos de Confinamento (segunda parte)

Organização: Conselho Coordenador do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

I. Chamadas para projetos

i. Oportunidades JUST-ACTION

O objetivo destas ações é o de promover sistemas eficazes de justiça, sabendo que estes desempenham um papel fundamental na defesa do Estado de Direito e dos valores fundamentais da União Europeia.

Encontra-se ainda aberta a Call for proposals for action grants to support transnational projects on training of justice professionals covering civil law, criminal law or fundamental rights. ID: JUST-JTRA-EJTR-AG-2020. Chamada encerra a 13 de maio de 2020.

Mais informações em: <https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/opportunities/topic-details/just-jtra-ejtr-ag-2020;freeTextSearchKeyword=;typeCodes=1;statusCodes=31094501,31094502,31094503;programCode=JUST;programDivisionCode=null;focusAreaCode=null;crossCuttingPriorityCode=null;callCode=JUST-AG-2020;sortQuery=openingDate;orderB;onlyTenders=false;topicListKey=callTopicSearchTableState>

ii. Concurso para projetos de I&D AI 4 COVID-19: Ciência dos Dados e Inteligência Artificial na Administração Pública

O objetivo do concurso AI 4 COVID-19 é apoiar projetos e iniciativas de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT) que possam contribuir para respostas a esta e a futuras pandemias através da ciência dos dados e de inteligência artificial. Os projetos poderão ter uma duração de 24 a 36 meses, com um financiamento até 240 mil euros por projeto. A dotação para esta linha de financiamento será de 3 milhões de euros, sendo que os projetos aprovados serão integralmente financiados por fundos nacionais através do orçamento da FCT.

Chamada encerra a 28 de maio de 2020.

iii. Cooperação Internacional – Projetos de IC&DT Portugal-Índia

Com o objetivo de apoiar e incentivar a cooperação entre instituições de investigação, universidades e centros de I&D na Índia e em Portugal, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e Department of Science and Technology da Índia (DST) informam que se encontra aberto concurso para o financiamento de projetos conjuntos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, desenvolvidos em estreita colaboração por equipas de investigação portuguesas e da Índia nas seguintes áreas prioritárias de interesse comum: Biotecnologia; Energia; Ambiente; Infraestruturas Sustentáveis; Alterações Climáticas; Gestão de Desastres; Ciências e Tecnologias do Mar. Todos os projetos relacionados com soluções de C&T contra a pandemia COVID-19 – abrangidos pelos temas supramencionados – serão encorajados e considerados.

Chamada encerra a 30 de junho de 2020.

Mais informações em: https://www.fct.pt/apoios/cooptrans/india/india_projetos.phtml.pt.

iv. Ações COST

A COST tem como missão apoiar a criação de redes de cooperação transnacional entre investigadores em toda a Europa, para que de uma forma livre, aberta e em conjunto, desenvolvam as suas ideias e iniciativas. Estas redes, denominadas COST Actions, possibilitam avanços no desenvolvimento do conhecimento científico e a capacitação dos seus participantes. Portugal é caso de sucesso na COST, da qual mais de 1.000 investigadores nacionais beneficiam atualmente, participando em mais de 95% das Ações ativas.

Submeta a sua manifestação de interesse até ao dia 30 de junho de 2020 para as Ações a decorrer (ou recentemente aprovadas) com vagas no Comité de Gestão

Após 30 de junho, a próxima data de recolha de manifestações de interesse será **15 de outubro de 2020**.

Mais informações em: <https://www.fct.pt/apoios/cooptrans/cost/index.phtml.pt>.

v. Fundo de Relações Bilaterais #1

O Fundo de Relações Bilaterais pretende apoiar iniciativas bilaterais que visem o fortalecimento das relações entre Portugal e a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega aumentando a cooperação estratégica, o trabalho em rede, o intercâmbio de conhecimentos, bem como a realização de outras iniciativas conjuntas. Exemplos de atividades apoiadas: a) Eventos de "matchmaking"; b) Cooperação técnica e intercâmbio; c) Estágios; d) Capacitação e cursos intensivos; e) Workshops e seminários; f) Visitas de estudo; g) Estudos e publicações; h) Campanhas, exposições e material publicitário.

Chamada encerra a 31 de dezembro de 2020.

Mais informações em: <https://www.eeagrants.gov.pt/pt/programas/fundo-de-relacoes-bilaterais/concursos/fthqxu1ibbk/>

II. Chamada para eventos e revistas IJ

Call for papers UNDECIDABILITIES AND LAW – The Coimbra Journal for Legal Studies, I Volume · 2020/ 2021. Law and the Janus-faced Morality of Political Correctness.

No que concerne à possibilidade de respostas juridicamente relevantes, será a cultura do chamado politicamente correto um desafio signficante? Apesar da resposta afirmativa parecer óbvia, a relevância a ter em conta não é, contudo, tão linear como uma abordagem em termos de políticas públicas e suas prescrições legislativas aparentemente justificáveis. O problema em questão não tem apenas a ver com a (mais ou menos extensamente compreendida) oportunidade de sustentar um novo ramo de Políticas de Direito, o aspeto distintivo do qual haveria uma sensibilidade progressiva explícita e uma capacidade de resposta ao pluralismo das identidades marginalizadas e as suas interceções narrativas (envolvendo género, raça, orientação sexual, proveniência prático-cultural e geopolítica, saúde, incapacidade mental e física, assim como a relação com o passado colonial e o estatuto de vítima). O problema considera ainda as dificuldades que esta pluralidade (enquanto favorece a fragmentação de perspetivas, aceções e valores semânticos) efetivamente cria, quando temos de considerar que o Direito reivindica um contexto integrador – e, com isto, a vocação para a comparabilidade relacionada com o status ou dignidade de sui juris. Por último, o problema considera também alguns procedimentos de institucionalização e efeitos sociais que a cultura do politicamente correto tem indiscutivelmente imposto: a hipertrofia de deveres e a sua concentração em redutos aparentemente triviais (justificando tensões pendentes entre reivindicações universais e paroquiais), a legitimação de responsabilidades ilimitadas (com julgamentos pré-jurídicos públicos devastadores, destruidores de vidas e de carreiras), a celebração incondicional das diferenças como uma (paradoxalmente) referência à homogeneidade ética (se não, como um fator efetivo de intolerância, gerando novas e subtis formas de censura).

Podemos dizer que a discussão deste conjunto de temas, nas suas implicações sistémicas jurídicas (dogmáticas e meta-dogmáticas), ainda está fundamentalmente a ser feita. Favorecendo um contexto aberto a múltiplas perspetivas, sem excluir (antes, esperar!) o entrecruzamento de abordagens jurídicas e não jurídicas, o volume que agora se propõe – com um primeiro número do jornal Undecidabilities and Law – procura ser parte deste indispensável caminho reflexivo.

O primeiro volume será coordenado por José Manuel Aroso Linhares, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Presidente do Conselho Coordenador do Instituto Jurídico.

Os artigos a propósito do tema proposto, a serem publicados no primeiro volume, em 2020/2021, **devem ser submetidos até 15 de setembro de 2020** para ulcj@ij.uc.pt.

Mais informações em https://www.uc.pt/fduc/ij/rev_nl/cp.pdf

III. Chamada para outros eventos e revistas IJ

Dá-se conhecimento que se encontra disponível, no Legal Scholarship Blog (<http://legalscholarshipblog.com/category/agricultural-law/>) um conjunto muito completo de chamadas para eventos e revistas, cuja consulta se recomenda.

IV. Miscellanea

i. Prémio Rui Pena - Direito da Energia

Criado em 2018, o prémio tem como objetivo principal promover a investigação e o estudo na área do Direito da Energia, tanto nos setores da eletricidade, gás, petróleo, energias renováveis, como nas questões relacionadas com regulação. O prémio Rui Pena - Direito da Energia consiste na atribuição de uma bolsa ou de um estágio internacional através da distinção dos melhores trabalhos jurídicos nessas áreas, desenvolvidos pelos alunos dos cursos de licenciatura, mestrados, doutoramentos e cursos de pós-graduação.

Prazo limite de 30 de junho de 2020.

Mais informações em

[https://cms.law.pt/prt/news-information/cms-rui-pena-arnaut-promove-edicao-do-premio-rui-pena-direito-da-energia?](https://cms.law.pt/prt/news-information/cms-rui-pena-arnaut-promove-edicao-do-premio-rui-pena-direito-da-energia?fbclid=IwAR20QOqUh_sGyg4HjOebYjZcRDjK7Tck4nZUWhQcuPFPZi7xFZGSzZ7YI94)

ii. Prémio CPC – Ciência 2019-2020

O Conselho de Prevenção da Corrupção acaba de aprovar o lançamento da 2.ª edição do Prémio CPC – Ciência. Esta iniciativa no âmbito do ensino e da investigação no Ensino Superior visa estimular o conhecimento do fenómeno corruptivo, nomeadamente nos domínios da ética, da integridade, da transparência e da gestão de riscos.

A comunidade universitária é assim convidada a realizar estudos sobre as matérias ligadas à corrupção, fraude e/ou conflitos de interesses, a fim de melhor se conceberem soluções de prevenção dos riscos na defesa dos dinheiros, valores e património públicos.

O Prémio CPC – Ciência tem como áreas estratégicas de investigação os ramos da Administração e Finanças Públicas, Ciência Política, Direito, Economia e Gestão, mas as candidaturas noutras áreas de investigação são também aceites quando relevantes.

O valor pecuniário do Prémio é de 4.500 euros, complementado com a edição digital da obra premiada e a sua apresentação e divulgação públicas.

Prazo limite de 30 de junho de 2020.

Mais informações em http://www.cpc.tcontas.pt/projetos/cpc_ciencia/edicao_02.html